

BREVE RELATO

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA “AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA” NO EQUADOR

REUNIÃO DA CAIC – “COMISSION DE AUDITORIA DEL CREDITO PUBLICO”

QUITO – 5 A 13 DE OUTUBRO DE 2007

O que está ocorrendo no Equador é inédito! Um país, localizado bem no centro do mundo, está realizando auditoria oficial de sua dívida - interna e externa. Este documento é um brevíssimo relato sobre as duas reuniões das quais participamos no Equador e visa a buscar o apoio das entidades da sociedade civil brasileira e dos cidadãos interessados em compartilhar dessa experiência histórica. Sem dúvida alguma, esse trabalho é mais um passo na retomada da dignidade e da soberania de um país que vem sendo espoliado há 500 anos!

A Comissão de Auditoria do Crédito Público – CAIC – foi criada pelo presidente do Equador Rafael Correa Delgado por meio do Decreto nº 472, de 9 de julho de 2007 (Íntegra do Decreto Presidencial está disponibilizada na página www.divida-auditoriacidada.org.br). Sua função primordial é “*auditar el proceso de contratación de los convenios, contratos y otras formas o modalidades contractuales para la adquisición de créditos, obtenidos por el sector público del Ecuador, provenientes de gobiernos, instituciones del sistema financiero multilateral o de la banca y sector privado, nacional o extranjero, desde 1976 hasta el año 2006*”

Os membros designados por meio do Decreto nº 472 são:

Representantes oficiales

- Ministro de Economía y Finanzas o su delegado
- Procurador de la Nación o su delegado (En calidad de Asesor)
- Contralor General (En calidad de Asesor)
- Presidente de la Comisión de Control Cívico de la Corrupción

Representantes nacionales de organizaciones sociales y ciudadanos nacionales que hayan trabajado sobre El endeudamiento ecuatoriano

- Hugo Arias Palácios y María Rosa Anchundia
 - Aurora Donoso y Angel Bonilla
 - Ricardo Ulcuango y Blanca Chancoso
 - Franklin Canelos y Piedad Mancero
 - Karina Sáenz y Juan Montaña
 - César Sacoto Guzman y Nancy Garcia Intriago
- Organizaciones: Jubileo 2000, Red Guayaquil, Centro de Derechos Económicos, Sociales y Culturales – CDES, Acción Ecológica, El Consejo Latinoamericano de Iglesias (CLAI), La Confederación Nacional de Indígenas del Ecuador (CONAIE), Red de Mujeres Transformando la Economía (REMTE)

Representantes de entidades internacionales de La sociedad, de reconocido prestigio, vinculadas al tema

Gail Hurley y Jürgen Kaiser de la Red Europea de Deuda y Desarrollo (EURODAD) y Jubileo Alemania

Maria Lucia Fattorelli y Alejandro Olmos de la Auditoria Ciudadana de La Deuda em Brasil - Red Jubileo Sur y Federación Luterana Mundial

Oscar Ugarteche y Eric Toussaint de la Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos (LATINDADD) y Comité por la Anulación de la Deuda del Tercer Mundo (CADTM)

A posse e primeira reunião da CAIC ocorreu no mês de julho de 2007, quando foram elaboradas solicitações de documentos às autoridades financeiras (Ministério das Finanças e Banco Central), realizadas reuniões para discutir a metodologia dos trabalhos da comissão e organizadas as sub-comissões para realização dos trabalhos:

SUBCOMISIONES DE TRABAJO

	REPRESENTANTES NACIONALES	REPRESENTANTES INTERNACIONALES
SUBCOMISION BILATERAL	Karina Sáenz, Hugo Arias, César Sacoto, Nancy García	Gail Hurley, Jurgen Kaiser
SUBCOMISION MULTILATERAL	Piedad Mancero, Franklin Canelos, Aurora Donoso, Angel Bonilla	Eric Toussaint
SUBCOMISION DEUDA INTERNA	María Rosa Anchundía, Nancy García	
SUBCOMISION DEUDA COMERCIAL BONOS	Hugo Arias, Nancy García,	Alejandro Olmos, Maria Lucía Fatorelli
SUBCOMISION ECONOMICA- FINANCIERA	Karina Sáenz, Angel Bonilla	Gail Hurley, Jurgen Kaiser, Maria Lucia Fatorelli
SUBCOMISION SOCIAL-AMBIENTAL- GENERO	Aurora Donoso, Ricardo Ulcuango, Angel Bonilla, Franklin Canelos	
SUBCOMISION JURIDICA	César Sacoto, Sabá	Alejandro Olmos

Naquela ocasião, a Auditoria Cidadã da Dívida participou dos trabalhos apresentando o documento anexo (Powerpoint: Presentación “Auditoria da Dívida - Metodologia CAIC)

A segunda reunião da CAIC ocorreu em outubro. Os trabalhos no Equador foram muito intensos, com várias reuniões entre os membros da CAIC, reuniões com especialistas equatorianos sobre o tema da Dívida e com autoridades e funcionários do Ministério das Finanças. Nesse período também foram realizados dois eventos externos (um em Quito, no auditório da Universidade Andina e outro em Guayaquil, onde contamos com a presença do Ministro Ricardo Patiño), além de entrevistas à imprensa – rádio e TV.

Nessa ocasião, a “Auditoria Cidadã da Dívida apresentou o texto “Contribución a la Auditoria Ecuatoriana” e a apresentação em Power-point, ambos anexos.

O foco principal da reunião de outubro foi a discussão e o aprofundamento dos estudos acerca dos marcos jurídicos – nacional e internacional – sobre o endividamento público.

Nessa discussão, contamos com aportes do Embaixador Miguel Angel Espeche Gil (argentino, nominado a Prêmio Nobel da Paz, Doutor em Direito, em Ciências sociais e em Diplomacia e Relações Internacionais, atual coordenador da cátedra livre de Dívida Pública Externa na Faculdade de Direito de Buenos Aires). Ele falou sobre seus trabalhos relacionados à alta unilateral e ilegal das taxas de juros por parte dos Estados Unidos a partir de 1979, o que considera Anotocismo e Usura, condutas censuradas e vilipendiadas desde os mais antigos códigos jurídicos da Mesopotâmia. Expressou que a Dívida Pública é a matriz da corrupção e que há um eixo sociológico a ser explorado, pois por meio do endividamento o poder financeiro tem superado normas e princípios de Direito nacionais e internacionais. Segundo ele, o Direito é uma conquista da civilização e não podemos abrir mão de conhecê-lo, colocando em prática esse importante instrumento. Afinal, onde está o benefício dessa dívida imensa? Discorreu sobre a necessidade de algum país apresentar, à assembléia Geral da ONU, um pedido de consulta à Corte de Haia. Segundo ele, a partir de uma sentença da Corte Internacional, o FMI não poderia mais intervir em nenhum país para modificar leis, como a lei do foro privilegiado na Argentina, imposta abertamente pelo FMI para beneficiar autoridades corruptas.

Eric Toussaint (belga, Doutor em Ciências Políticas, presidente do CADTM – Comitê pela Abolição da Dívida do Terceiro Mundo – e autor de vários livros editados inclusive em português) expressou seu entendimento no sentido de que o ideal é a prática de ato soberano de não-pagamento da Dívida, apoiado pela cidadania e fundado no Direito Internacional, ressaltando, entretanto, que não é contra a utilização do caminho judicial contra os responsáveis pelo desastre econômico. Tratou das responsabilidades do Banco Mundial (objeto de seu livro mais recente: Banco Mundial – O Golpe de Estado Permanente), que age na condição de “senhor”, usando a força do Império. Ressaltou ainda que FMI e BM são instituições despóticas, não democráticas, comandadas por um país dominante, sendo que o BM não está protegido pela imunidade outorgada – renunciou formalmente, porque emitia bônus para se auto financiar.

Alejandro Olmos Gaona (argentino, historiador, investigador do “Programa sobre Incidencia de La Deuda Externa Ilegítima em América Latina”, professor universitário) abordou a importante sentença judicial contra a dívida obtida na Argentina, obtida a partir de uma investigação procedida por seu pai, jornalista Alejandro Olmos, o que já constitui um precedente jurídico importante para os trabalhos da CAIC. Mencionou vários aspectos do Direito Internacional, expressando seu entendimento de que o endividamento público constitui um delito de ação continuada, pois abriga vários atos e fatos encadeados, todos com vício de origem. Informou que na Argentina foram localizadas cartas do FMI e Banco Mundial pedindo abertamente o apoio para privatizações e determinando que fosse entregue aos bancos o manejo da dívida pública. Além disso, vários documentos eivados de falsidade ideológica, pois relatam propostas contrárias à realidade dos fatos que representam. Alejandro está coordenando o grupo jurídico, tendo convidado autoridades mundiais para fazer parte desse grupo.

César Sacoto Guzmán (equatoriano, advogado e economista, membro da Campanha Equatoriana Jubileu 2000) falou sobre a necessidade de enlaçar os instrumentos jurídicos aos problemas econômicos. No caso do endividamento, é preciso identificar a origem dos recursos e sua destinação, desmascarando ainda que o “apoio” aos países em desenvolvimento tornou-

se um grande negócio, com uma condição: não permitir que tais países se desenvolvam, para não acabar com o grande negócio.

Hugo Arias Palacios (equatoriano, professor universitário, membro da CEIDEX e da CAIC) fez relato sobre o acervo de documentos da CEIDEX (Comissão de Investigação da Dívida Equatoriana criada em 2006, cujo Relatório Resumido encontra-se na página da “Auditoria Cidadã da Dívida – www.divida-auditoriacidada.org.br). Prof. Hugo Arias distribuiu compilações feitas em CD e apresentou ainda um plano para os trabalhos da auditoria da dívida externa comercial, tratando também dos indícios de ilegitimidade dessas dívidas, anexo.

No mês de outubro tivemos acesso ao primeiro lote de documentos: alguns contratos de dívida comercial e uma pasta referente a renegociação de bônus de dívida externa. Discutimos a formatação de uma planilha para a coleta dos dados dos respectivos contratos e elaboramos uma proposta de plano de trabalho a ser executado por grupo de auditores e assistentes a serem contratados para efetuar o levantamento dos dados.

Há muito trabalho a ser feito e é fundamental a participação do Brasil nesse processo. Diante disso, estaremos realizando reuniões nos estados e articulando os grupos de estudos da “Auditoria Cidadã da Dívida” para que participem desse processo histórico da Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana.

Local e data das reuniões serão divulgados em seguida. As pessoas interessadas em participar devem enviar e-mail para auditoriacidada@terra.com.br.

Brasília, 23 de outubro de 2007

Maria Lucia Fattorelli Carneiro
Coordenação Auditoria Cidadã da Dívida